



251

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0335093-0

APELANTE: Município de Gameleira

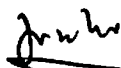
APELADO (A): Nalva Cavalcanti da Costa

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. RESTABELECIMENTO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA. 1. A estabilidade financeira da apelada foi deferida pela Portaria nº 180/2012, com fulcro na Lei Municipal nº 884/1994. 2. A apelada recebeu gratificações pelo período ininterrupto de 06 anos, de janeiro de 1999 a dezembro de 2004, conforme consta dos demonstrativos de pagamento e certidões carreados aos autos, tendo recebido a gratificação de 100% sobre o vencimento-base, em que foi financeiramente estabilizada, pelo período consecutivo de 12 meses. 3. A apelada formulou anualmente requerimentos administrativos, que restaram sem resposta, tendo o primeiro sido realizado em 23/09/2009, evidenciando-se irrelevante a abertura de qualquer discussão acerca da ocorrência da prescrição, posto que a vantagem em foco foi requerida antes do quinquênio a que alude o apelante. 4. Escorreita, pois, a sentença recorrida, no que tange ao deferimento do direito ao restabelecimento da estabilidade. 5. Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do processo nº 0335093-0, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao reexame necessário, prejudicado o voluntário, nos termos do voto relator, que integra o acórdão.

Recife, 16 de  de 2014 (data do julgamento)


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0335093-0
APELANTE: Município de Gameleira
APELADO (A): Nalva Cavalcanti da Costa
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **reexame necessário** e **apelação cível** em face de sentença prolatada pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Gameleira nos autos do *mandamus* nº 0000340-92.2013.8.17.0630, que concedeu a segurança pleiteada, determinando a restauração da estabilidade financeira da apelada, ao entendimento de que a Portaria nº 180/2012 (concessiva da vantagem) não se encontra eivada de ilegalidade, eis que dita concessão, além de haver observado o preenchimento dos requisitos legais, não estava fulminada pelo instituto da prescrição (fls. 108/110-v).

Registro que houve a concessão da liminar na sentença.

O Município formulou as **razões** de apelo de fls. 120/123, aduzindo: (i) a Lei Municipal nº 884/1994, que previa o instituto da estabilidade financeira, foi revogada pela Lei Municipal nº 1.031/2006, que também vedou a concessão dessa vantagem; (ii) a apelada apenas requereu a concessão da vantagem quando ultrapassados cinco anos da extinção da mesma; (iii) o pleito da apelada encontra-se fulminado pela prescrição de fundo de direito, nos moldes disposto pelo Decreto nº 20.910/32 e pelo Estatuto dos Servidores Municipais de Gameleira, eis que a Lei Municipal nº 1.031/2006 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2007 e a apelada apenas formalizou requerimento administrativo em 01/02/2012; (iv) nesse contexto, fundado no poder-dever da autotutela, anulou a Portaria concessiva; (v) instaurou o devido processo administrativo, no qual foram assegurados o contraditório e a ampla defesa.

A apelada apresentou as **contra-razões** de fls. 127/129, pugnando pelo improvimento do apelo, além da condenação do apelante ao pagamento de honorários de sucumbência e em litigância de má-fé.

A douta Procuradoria de Justiça opinou pelo improvimento do apelo (fls. 141/144).

É o que de relevante há a relatar.

Inclua-se em pauta para julgamento oportuno.

Recife, 02 de junho de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

252

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0335093-0
APELANTE: Município de Gameleira
APELADO (A): Nalva Cavalcanti da Costa
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Conforme antedito no relatório, o pleito da apelada consiste no restabelecimento de sua estabilidade financeira, cujo pagamento foi suspenso em janeiro de 2013, ao fundamento de que a concessão fora ilegal, posto que a pretensão se encontrava fulminada pela prescrição.

O apelante sustenta que a apelada apenas formalizou requerimento administrativo em 01/02/2012, ou seja, quando já decorridos mais de cinco anos da entrada em vigor da Lei Municipal nº 1.031/2006, que vedou a concessão de novas estabilidades financeiras.

Analisando a documentação carreada aos autos, verifico que a apelada, servidora pública efetiva do Município apelante, teve sua estabilidade financeira deferida pela Portaria nº 180/2012, constante das fls. 27 dos autos, nos seguintes termos:

CONCEDER estabilidade financeira a Servidora NALVA CAVALCANTI DA COSTA, matrícula nº 50582, portadora da cédula de identidade (...), no percentual de 100% (cem por cento), do valor do seu salário base, a título de Gratificação sobre os seus vencimentos, na forma prevista na Lei Municipal nº 884/94.

Dita Lei Municipal nº 884/94, dispunha (fls. 28):

Art. 1º - Aos funcionários efetivos estatutários é garantida a estabilidade financeira, quanto à gratificação ou comissão percebida a qualquer título, por mais de cinco anos ininterruptos, ou sete intercalados, facultada a opção de incorporar a de valor superior, quando esta for atribuída por prazo não inferior a doze meses.

Posteriormente, a concessão de novas estabilidades foi vedada pela Lei Municipal nº 1.031/2006, que revogou a Lei Municipal nº 884/94.

Registro, ainda no ponto, que o art. 3º da Lei Municipal nº 1.031/2006, dispõe:

É vedada a concessão da estabilidade financeira, quanto a gratificação ou comissão percebida a qualquer título, exceto as anteriores garantidas por lei.

Pois bem.

Consta dos autos que a apelada recebeu gratificações pelo período ininterrupto de 06 anos, de janeiro de 1999 a dezembro de 2004, conforme demonstrativos de pagamento e certidões carreados, tendo recebido a gratificação de 100% sobre o vencimento-base, em que foi financeiramente estabilizada, pelo período consecutivo de 12 meses (fls. 20/22).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

153

Obervo também que a apelada formulou anualmente requerimentos administrativos, que restaram sem resposta, tendo o primeiro sido realizado em 23/09/2009 (fls. 14).

No presente contexto fático-probatório, evidencia-se irrelevante a abertura de qualquer discussão acerca da ocorrência da prescrição, posto que a vantagem em foco foi requerida antes do quinquênio a que alude o apelante.

Escorreita, pois, a sentença recorrida, no que tange ao deferimento do direito ao restabelecimento da estabilidade.

Colaciono, ainda, no ponto o seguinte aresto deste Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR MUNICIPAL. SUPRESSÃO DE GRATIFICAÇÃO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA. INCOPORAÇÃO DEVIDA. ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 884/94. REMESSA OFICIAL IMPROVIDA. 1. Nos termos do art. 1º da Lei Municipal nº 884/94, o servidor do Município de Gameleira que então aferiu gratificação por cinco anos ininterruptos ou sete intercalados, como na espécie, tem direito adquirido à sua estabilidade financeira. 2. Precedentes citados. 3. Duplo grau obrigatório à unanimidade improvido, para manter os termos da segurança concedida, com efeitos financeiros desde a data da impetração..” (DG nº149985-8. Comarca: Gameleira. Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. Data de Julgamento: 3/05/2007).

Registro que o devido processo legal deve ser prévio à supressão da vantagem, o que não ocorreu no caso em apreço, posto que a vantagem restou suspensa em janeiro/2013 e a instauração da comissão processante apenas ocorreu em 01/03/2013 (fls. 35).

Observe, por fim, que descabe a condenação em honorários de sucumbência em sede de mandado de segurança, e, bem assim, que as contra-razões ao apelo não se constitui sede apropriada para formulação desse pleito.

Ante o exposto, **nego provimento ao reexame necessário**, prejudicado o apelo voluntário, mantendo a sentença recorrida por seus próprios fundamentos.

É como voto.

Recife, 1º de junho de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello

Relator